



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 178 / NOVEMBRO-DEZEMBRO 2016 / WWW.STML.PT

MANIFESTAÇÃO

**SEXTA-FEIRA
18.NOVEMBRO
14.30**

**PRÉ-AVISO DE GREVE
DAS 13.00 ÀS 21.00**

**MARQUÊS
DE POMBAL
LISBOA**

**CONCENTRAÇÃO:
RUA BRAANCAMP**

EXIGIMOS RESPEITO E...

AUMENTOS SALARIAIS

DESCONGELAMENTO DAS CARREIRAS

**REGULAMENTAÇÃO DAS CARREIRAS
DE DESGASTE RÁPIDO**

NÃO SOMOS BOMBOS DE FESTA!



DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 10 **STML reúne com as Direções Municipais**
- 15 **Campanha contra a precariedade prossegue e intensifica-se!**
- 17 **O balanço das eleições para os RdT's na CML**
- 18 **Uma análise aos dados tornados públicos do Ministério das Finanças... pelo economista Eugénio Rosa**
- 19 **O ataque à Caixa Geral de Depósitos**



EDITORIAL

O atual momento é marcado pela discussão dos conteúdos e opções do Orçamento de Estado proposto pelo Governo PS para 2017, a votar definitivamente na Assembleia da República no dia 29 de Novembro. Debate de maior importância para os trabalhadores da administração pública, considerando aquelas que têm sido as suas legítimas reivindicações ao longo dos últimos anos.

Da desvalorização de salários e pensões, ao direito negado da progressão na carreira, seja por via do seu congelamento, seja pelo malfadado SIADAP, aos complementos e subsídios remuneratórios que há muito carecem de atualização, ao valor do trabalho extraordinário, que urge atualizar para os montantes de 2011, ao desconto para a ADSE regressando aos 1,5%, à identificação das carreiras de desgaste rápido, entre muitas outras matérias aos quais o Governo PS de António Costa teima em não querer dar resposta.

São estes motivos, mais do que suficientes, que justificam a realização a 18 de Novembro de uma grande manifestação nacional dos trabalhadores da administração pública. O objetivo é trazer para a rua a nossa vontade, defendendo os nossos direitos e criando por esta via a força necessária junto de um Governo que só pressionado, terá condições para assumir uma política mais favorável aos interesses de quem hoje trabalha na administração pública.

No município de Lisboa, sucedem-se as confirmações sobre as críticas que ao longo de anos o STML produziu sobre a falta de investimento nos serviços públicos, geralmente acompanhado por uma progressiva degradação dos direitos e condições de trabalho dos respetivos trabalhadores. Efeitos destas opções políticas, no seu tempo por PSD/CDS e agora pelo PS, a incapacidade em prestar um serviço de qualidade perante a cidade e os lisboetas, como nos casos demasiados evidentes da limpeza urbana, da gestão e manutenção de jardins e espaços públicos, entre outros que poderíamos enumerar.

Mas não nos fiquemos por aqui. Na Câmara Municipal e em inúmeras Juntas de Freguesia, opta-se agora pelo recurso à precariedade como solução à falta de pessoal. Dos recibos-verdes, estágios profissionais aos contratos a termo sem esquecer os contratos emprego-inserção, banalizou-se exponencialmente a exploração de trabalhadores, jovens e menos jovens, constringendo-os a uma vida sem perspectivas de futuro, sem direitos, inaceitavelmente coagidos, pressionados e ameaçados de podem vir ser mais um número nas estatísticas do desemprego se não acatarem tudo e mais alguma coisa. Que realidade é esta em que vivemos onde não é permitido às pessoas viverem com felicidade e dignidade?!

Revoltar-nos, denunciar e lutar por uma alternativa mais justa e humana não deixa, cada vez mais, de fazer sentido! Trabalhadores a ocupar postos de trabalho permanentes devem impreterivelmente ter um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado!

Por último, dar nota das inúmeras reuniões com a serviços e direções municipais onde os problemas da falta de pessoal, ausência de viaturas, equipamentos e materiais suficientes ao desempenho das tarefas diárias, às decisões precipitadas e inconsequentes do Executivo que baralham ainda mais a eficácia dos serviços, ou o recurso aparentemente institucionalizado de contentores para albergar trabalhadores, realidade que também inclui as Juntas de Freguesia, tudo em alguma medida tem comprovado o rumo de declínio a que a cidade de Lisboa tem sido votada, no que é o resultado evidente de uma política errada há muito assumida no tempo, quer de Santana Lopes ao atual Fernando Medina.

Urge unir forças e vontades para pôr termo a caminhos que apenas nos fazem retroceder no tempo, independentemente dos discursos sempre bem-intencionados que, ocasionalmente, vamos ouvindo. Abrir os olhos é indispensável!

o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO N.º 178 / NOVEMBRO-DEZEMBRO 2016

WWW.STML.PT

Diretor Vítor Reis **Corpo Redatorial** Luís Dias, Nuno Almeida, Tiago Lopes, José Malhadas, Henrique Bastos

Propriedade

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redação

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/5/8

Periodicidade Bimestral

Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato

Tiragem 4.000 exemplares

Número de Identificação Fiscal 500 850 194

Depósito Legal 17.274/87

Este boletim está escrito com as regras do novo Acordo Ortográfico

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus

Grupo Lusófona

Instituto Superior de Educação e Ciências

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas

Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS

Macif Portugal, Companhia de Seguros

Millenium BCP

TURISMO

Campiférias

Fpalmela – Aldeamento Turístico de Palmela

Viagens Falcon

TELECOMUNICAÇÕES

NOS

Vodafone

OUTROS

Cartão BP Plus

Escola de Condução ENAL

Lancaster College – Escola de Línguas

Mind Project

Teatro da Cornucópia



Juntas de Freguesia – Beato

No dia 13 de Outubro foi celebrado o Acordo Coletivo de Empregador Público (ACEP), materializando assim um dos principais objetivos do Sindicato na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores desta freguesia. Matérias do âmbito da 'organização do tempo de trabalho', da 'saúde, higiene e segurança' ou da organização, direitos e informação sindical, ficaram agora consagradas num instrumento de trabalho com força de lei pela Contratação Colectiva. Também neste dia foi entregue formalmente o Caderno Reivindicativo, tendo assumido o Executivo liderado pelo Presidente em funções, Sr. Silvino Correia, procurar as melhores respostas face ao que são as expectativas dos trabalhadores. Neste sentido, ficou o compromisso de pagar aos trabalhadores acidentados todos os montantes remuneratórios a que têm direito, destacando a média do trabalho extraordinário realizado nos 12 meses precedentes ao acidente incapacitante. Também assumido, o acesso à Medicina do Trabalho da CML, considerando estar praticamente concluída a formalização do protocolo neste sentido. O reforço de pessoal e a regularização dos vínculos precários será, ao que tudo indica, solucionados através da abertura de concursos públicos de admissão de pessoal. Por último, a informação que concerne ao início para Fevereiro de 2017, dos procedimentos com vista à construção de um novo Posto de Limpeza. Santa Maria Maior

Também a 13 de Outubro, foi entregue ao Presidente da Junta, Sr. Miguel Coelho, o Caderno Reivindicativo dos respetivos trabalhadores. À margem dos compromissos mais ou menos assumidos, o STML não deixou de vincar a sua enorme preocupação com a banalização dos contratos precários que fazem desta Freguesia uma das recordistas na cidade de Lisboa pela negativa. Aos argumentos do Executivo defendendo o dito

'trabalho social', porque 'mais vale ter alguma coisa, que nada ter', ou outras prosápias do mesmo calibre, questionamos se a vida, seja de quem for, é possível construir a conta-gotas, a prazo, ou sem saber o que será do dia de amanhã. Do pagamento de todos os montantes remuneratórios aos trabalhadores acidentados.

Desde 2014 que o STML vem alertando e sensibilizando todas as Juntas de Freguesia para cumprirem com as suas responsabilidades na íntegra com os seus trabalhadores acidentados. Referimo-nos ao pagamento de todos os montantes remuneratórios, nomeadamente do salário, subsídio de almoço, subsídio de insalubridade, risco e penosidade e, principalmente a média do trabalho extraordinário realizado nos últimos meses (apontando os últimos 12 meses) antes do acidente incapacitante. É nesta última matéria que têm surgido as maiores resistências por parte de muitos Executivos. Do ponto de vista financeiro, os custos com a inclusão desta possibilidade no seguro de acidentes a celebrar entre a Junta e a respetiva companhia de seguros, são irrisórios. Não se entende portanto o porquê desta teimosia que afeta negativa e duplamente os trabalhadores que têm acidentes no decorrer ou em função do seu trabalho, considerando ainda que o STML já fez chegar inclusive um parecer jurídico, enquadrando este assunto, permitindo assim ultrapassar algumas das inseguranças apontadas por alguns Presidentes de Junta.

Saudamos as Juntas de Freguesia que, neste tópico, souberam sem tibiezas respeitar os interesses dos trabalhadores, nomeadamente as Juntas das Avenidas Novas, Benfica, Campo de Ourique, Carnide, Estrela e Misericórdia, perspetivando-se ainda uma solução positiva a breve trecho no Beato, Lumiar e Olivais.



Comandamento “feudal” no RSB?

Para se entender a génese do feudalismo, ter-se-ia que recuar até à decadência do império romano, ainda que este modo de organização tenha predominado na Europa durante a Idade Média, só desaparecendo completamente em finais do século XVIII.

O feudalismo era um modelo de organização social e política baseado nas relações servo-contratuais, em que os senhores feudais, a nobreza, eram detentores de terras (feudos) concedidas pelo rei em troca de ajuda militar e de pressão sobre as outras classes, em especial os servos da gleba, a população camponesa, que eram alvo de intensa exploração, obrigados ainda ao pagamento de diversos impostos.

Pese embora a escravidão a que estavam votados, os servos da gleba juravam fidelidade e trabalho aos nobres, em troca da exploração de uma pequena parcela de terra e do direito de residência, um pouco à semelhança daquilo que os nobres faziam com o rei, salvo as devidas proporções.

Basicamente poder-se-á dizer que o rei entregava um feudo aos nobres, para que o administrassem da forma que mais lhes interessava, exigindo-lhes colaboração e fidelidade, para manter a paz no reino.

As semelhanças entre este tipo de organização obsoleto, do tempo da Idade Média, e a forma como o Regimento de Sapadores Bombeiros está a ser comandado, são evidentes até para os mais distraídos. O Comando nomeou três chefes e entregou-lhes a gestão de um batalhão, para que o dirigissem da forma que quisessem.

E assim está a ser gerido o maior corpo de bombeiros do país, a referência nacional, com cada chefe a fazer as opções que mais lhe convêm, sem qualquer articulação com os outros. À imagem do sistema feudal, estes “nobres” ou “vassallos” contemporâneos, não valorizam as opiniões do “povo”, não lhes dão o respeito que merecem, pondo e dispendo do seu feudo. Mas contrariando o feudalismo da Idade Média, estes Senhores, não se explicam junto do seu “rei” e este também não dá sinais de estar muito preocupado com a situação. Existem hoje situações de claro nepotismo, como se fossem casos de sucessão e amiguismo, favorecendo excessivamente os que lhes são mais próximos, relegando para segundo plano a competência ou o mérito, inventando os critérios que mais lhes convêm, desprezando completamente qualquer uniformidade de posições, desvalorizando critérios como a antiguidade no posto e demonstrando, no fundo, um egocentrismo desmedido.

Enquanto o “reino” está a ser “desgovernado” por três “nobres”, o “rei” está mais preocupado com ações de charme, como se de um verdadeiro político se tratasse, desenvolvendo todo o tipo de situações que de alguma forma enriqueçam o seu currículo, qual monarca da Idade Média, tendo com única preocupação manter as mordomias que a “corte” lhe confere. Quando os “súbditos” se lhe dirigem, com chamadas de atenção sobre as suas situações, ou desvaloriza completamente aquilo que lhe dizem ou “encaminha-os” para outro “vassallo”, por forma a nunca ficar comprometido.

Para comandar a “Casa”, como está a ser comandada, se calhar não era sequer necessário a nomeação política de alguém exterior ao RSB, pois está visto que, com ou sem comandante, o marasmo continua e a instituição vai definhando a olhos vistos, com toda a gente a ver, mas a olhar para o lado.



Comissão da Limpeza Urbana – Intervir mais e melhor!

É com este espírito que vamos conquistando alguns direitos e travando outros que nos vão tentando tirar.

Nesta edição iremos fazer um breve ponto de situação do trabalho desenvolvido pela nossa Comissão e vincar a nossa posição sobre a precariedade que assombrou o município de Lisboa, nomeadamente nas Juntas de Freguesia e na CML.

Conforme foi decidido e aprovado pelos Delegados Sindicais afectos à Limpeza Urbana, foi elaborado um plano de trabalho a desenvolver no decorrer deste ano que já está a chegar ao fim, pois bem, foi com enorme esforço e dedicação que o conseguimos executar. Conseguimos estar nos plenários dos postos de limpeza. Estivemos em várias reuniões (algumas de urgência). Fizemos várias visitas aos locais de trabalho e acompanhamos diversos circuitos de remoção. Iniciámos em conjunto com a Direcção do nosso Sindicato a campanha contra a precariedade que ainda está e estará nas ruas até conseguirmos por um travão a este enorme flagelo na vida de centenas de trabalhadores do nosso município.

Como todos nós sabemos dia após dia, semana após semana, mês após mês, quando chegamos aos nossos locais de trabalho deparamo-nos com mais 1,2,3... colegas novos, e todos nós sabemos quais os seus vínculos de trabalho, o que nos leva de imediato a pensar na grande diferença de contrato de trabalho que existe entre um trabalhador com um contrato de trabalho precário e um trabalhador com um contrato efectivo.

É certo que os números têm vindo a aumentar, mas também não deixa de ser verdade que com a persistência de todos nós nas mais diversificadas iniciativas - junto dos respectivos executivos das Juntas de Freguesia e da autarquia - conseguimos em alguns casos que fossem abertos concursos

para os quadros (mapas de pessoal). Concursos esses que já se encontram na sua maior parte na sua fase final. Portanto comprovamos que baixar os braços não é nem nunca foi solução, provando que só com a luta e união de todos os trabalhadores alcançamos a defesa dos nossos direitos e travamos a extinção de outros.

Por outro, com a mesma abnegação, conseguimos em algumas juntas de freguesia, resolver determinados problemas, nomeadamente com fardamentos, equipamentos de protecção individual ou o início de obras de melhoramento em alguns locais de trabalho. Soluções encontradas que deixaram os trabalhadores em questão satisfeitos. Contudo e porque muitos problemas continuam a existir, não deixaremos de os continuar a acompanhar, esforçando-nos ainda mais na reivindicação que exige a sua célere resolução.

No que à CML diz respeito, a precariedade é também por nós fortemente contestada. Como acima referido, estamos a trabalhar no acompanhamento dos circuitos de remoção, obtendo em determinados casos perspectivas favoráveis das Chefias hierárquicas com vista à sua correção e melhoramento. Por último, saudamos a nova equipa de Representantes dos Trabalhadores (RdT's) para a saúde e segurança no trabalho, eleitos nos dias 11 e 12 de Outubro. Desejamos-lhes um excelente trabalho no desempenho das suas funções.

Aos trabalhadores do Município de Lisboa um santo e feliz Natal e um ano de 2017 que corresponda às expectativas de cada um.



Do que se arrasta e urge resolver nas reuniões com a Divisão de Limpeza Urbana

O STML tem levado a cabo reuniões regulares com as Chefias da Divisão de Limpeza Urbana (DLU), nomeadamente no passado dia 21 de Setembro e 20 de Outubro. Procura-se encontrar soluções para os variadíssimos problemas que afetam os trabalhadores deste importante serviço público municipal.

Falamos dos circuitos de remoção, da sua extensão e penosidade mais ou menos acentuada, associando impreterivelmente à necessidade mais ou menos urgente da sua reorganização. Abordamos igualmente os assuntos envolvendo a carência de viaturas pesadas de remoção, além de todas aquelas que não respondem minimamente em termos de segurança – para trabalhadores e transeuntes – com evidentes consequências, também a nível de eficácia do serviço a prestar.

Recordamos que para o STML, a urgência em adquirir viaturas em quantidade, qualidade e diversidade suficiente é uma reivindicação prioritária de há largos anos e que inclusive já foi transmitida repetidamente ao Vice-Presidente da CML Duarte Cordeiro. Não concordamos com as opções políticas que limitam o andamento deste processo e que demonstram algum descuido de quem o gere, assumindo demasiadas vezes o caminho por soluções que se demonstram frágeis e não resolvem os problemas imediatos com que os trabalhadores – cantoneiros e motoristas - são diariamente confrontados. Outras questões são debatidas, mas que continuam por resolver, não se percebendo o porquê de tanta inércia, empurrando-se demasiadas vezes a responsabilidade pela sua resolução para outros...sempre outros que não aqueles que de facto chefiam a DLU.

Referimo-nos concretamente aos cantoneiros que ainda não foram colocados na carreira definitiva de CMPVE, apesar de já o fazerem efetivamente.

Falamos nas intervenções há muito reivindicadas nos balneários da Garagem de Remoção, envolvendo prateleiras, torneiras, pressão de água dos urinóis ou da colocação de fitas antiderrapantes nas escadas de acesso.

Falamos também da utilização de pirilampos nas viaturas ou dos problemas com secadores de roupa e chuveiros nos Postos dos Olivais e da Boavista.

Acrescentamos ainda, os assuntos de natureza mais grave que aponta o recorrente excesso da carga de trabalho, associada a pressões e práticas de intimidação inadmissíveis, aparentemente merecedoras de um certo conformismo por quem as devia por termo. Na justificação por todos estes atropelos à dignidade de quem trabalha, surge o problema da falta de pessoal. É então urgente criar um plano anual de contratação de pessoal que antecipe e resolva estas carências. Num plano intermédio, devem-se evitar a todo o custo os abusos que se banalizaram pelos postos de limpeza, cabendo a algumas chefias intermédias e locais posturas prepotentes que o STML nunca deixará de criticar e denunciar. Faltam agora às chefias da DLU, associar o discurso sempre bem-intencionado a uma prática coerente e visível.

O STML compreende que muitas das dificuldades com que se confrontam os trabalhadores da Limpeza Urbana, só poderão ter uma resposta coerente e consequente existindo vontade política para tal. É nesse sentido que iremos trabalhar, responsabilizando o Executivo Municipal pelas respostas que, em muitos casos, tardam ou são claramente ineficientes e insatisfatórias.

Nas mãos dos trabalhadores, na sua capacidade de organização e mobilização, residirá a mais firme garantia na defesa dos seus próprios direitos e interesses. Simplesmente porque unidos, fomos, somos e seremos sempre mais fortes!



Das transferências de pessoal do Posto do Calhariz para Sete Rios e Telheiras

Decorreu no passado mês de Outubro a transferência de trabalhadores da Limpeza Urbana e do SAL, do posto do Calhariz de Benfica para o posto de Telheiras e para o posto de Sete Rios. Transitando os trabalhadores da Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica, que se encontravam neste último para o Calhariz de Benfica.

De referir que estas mudanças se registaram sem qualquer informação prévia e por conseguinte sem qualquer acompanhamento por parte dos trabalhadores, dos seus RdT's e da direcção do STML, facto que repudiamos veementemente. Esta mudança deveu-se ao facto da Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica, ter reclamado o posto do Calhariz, conforme constava no auto de transferência, resultante da passagem das competências da CML para as JF.

O posto de Sete Rios é um posto problemático, que não respeita as condições de Saúde e Segurança, há muito identificado pelo STML em conjunto com os trabalhadores da JF, como um posto a encerrar. Portanto a posição da JF é inteiramente legítima.

O que não aceitamos é a postura da CML que, mais uma vez, não preveniu atempadamente a alternativa ao posto do Calhariz. Resultado desta falta de planeamento, em que a CML insiste e persiste como prática corrente, o número de trabalhadores actualmente no posto de Sete Rios ronda os 50, o dobro dos que estavam da Junta de Freguesia (!).

Pior situação verifica-se em Telheiras, onde estão agora 120 trabalhadores, ou seja, atingiu-se o limite da capacidade máxima desta instalação (a nível de assistentes operacionais).

Em relação aos administrativos, o espaço disponível não reúne as condições mínimas para desempenharem a sua actividade, considerando que só falta sentarem-se ao colo uns dos outros.

Neste cenário, procurando minimizar as trapalhadas por si criadas, a CML procedeu a obras em Sete Rios para criar as condições mínimas de habitabilidade. Em Telheiras observou-se a mesma preocupação. Assim, para além do reforço da capacidade das caldeiras, no sentido de permitir os banhos necessários, estudam ainda uma solução para acondicionar a parte dos escritórios que poderá passar pela instalação de um contentor ou pela deslocação para outro espaço físico da autarquia, conforme nos foi transmitido pela DMHU.

Quando tomámos conhecimento e manifestamos tanto ao poder político como aos responsáveis dos serviços a nossa incompreensão pela forma como decorreu este processo, foi-nos dito, entre outras justificações, que são situações provisórias, considerando a passagem para o mega-posto de limpeza dos Olivais, o tal que ainda não está construído e nem sequer se sabe ao certo quando isso acontecerá (!).

A questão que temos vindo a colocar recorrentemente, seja neste caso, seja no caso de alienação de património, como sucedeu com o Complexo de Alcântara, seja no caso da transferência dos serviços e trabalhadores da Boavista para o Entrepasto, é a ausência de estratégia por parte do Executivo Municipal neste tido de decisões.

Para o STML, nos processos de mudanças, é mais do que evidente a necessidade da CML ter que fazer um planeamento prévio e atempado das instalações onde serão instalados os serviços, envolvendo os trabalhadores e os seus representantes de forma a garantir as condições saúde e segurança, respeitando os direitos de quem trabalha.

Face a notícias que surgem de outras possíveis mudanças, esperamos que situações como esta não se repitam, pois os trabalhadores estão cansados de suportarem exclusivamente esta falta de planeamento.



GEBALIS

Desde Junho/Agosto que STML e STAL iniciaram formalmente o processo de negociação com o Conselho de Administração da GEBALIS procurando concluir e celebrar o Acordo de Empresa que salvaguarde e institucionalize os direitos, interesses e aspirações dos trabalhadores.

Do conjunto de reuniões realizadas, a 13 de Setembro, 14 de Outubro e 2 de Novembro, foi possível acertar consensualmente a imensa maioria das matérias em discussão. Preparamo-nos agora para entrar nos assuntos mais sensíveis, nomeadamente de natureza remuneratória.

À margem do processo negocial, que avança a ritmo próprio, não podemos deixar de lembrar a importância dos trabalhadores se manterem atentos, informados e disponíveis para todos os processos reivindicativos que sejam necessários desenvolver visando a defesa dos seus próprios interesses. O STML, com o contributo inestimável da Comissão de Trabalhadores, continuará a acompanhar os eventuais problemas que afetam os trabalhadores da Gebalis. Exemplo disso mesmo foram os casos sobre condições de trabalho dos Gabinetes das Olaias e do Bairro Padre Cruz, este último entretanto encerrado após identificação de gases (excesso CO2) nocivos à saúde dos respetivos trabalhadores, entretanto transferidos a título provisório para as instalações situadas no bairro Horta Nova.

Interpelando o CA, foi-nos informado que só depois de concluído o relatório sobre este problema e encontradas as soluções à sua resolução, será reaberto as instalações localizada na freguesia de Carnide. O STML não deixa de concordar com a resposta, valorizando a preocupação demonstrada pelo bem-estar dos trabalhadores em causa. Continuaremos contudo a acompanhar este e outros problemas que entretanto venham a surgir.

De uma proximidade regular, a potencialidade de uma intervenção mais eficaz e eficiente.

Na EGEAC arrastam-se as injustiças...

Nos plenários e visitas que o STML tem realizado nos últimos tempos pelos vários equipamentos da EGEAC, alguns assuntos têm-se tornado recorrentes, nomeadamente a disparidade em relação ao valor do subsídio de almoço, diferente entre trabalhadores muitas vezes desempenhando as mesmas tarefas, sujeitos aos mesmos horários de trabalho, cumprindo no essencial os mesmos deveres mas, como facilmente percebemos, não tendo os mesmos direitos.

O STML tem desenvolvido e participado num conjunto de iniciativas que procura denunciar, sensibilizar e resolver de uma vez por todas esta injustiça. Em conjunto com outras estruturas sindicais, fizemos chegar ao Tribunal Constitucional uma exposição onde se pede a inconstitucionalidade da legislação que alimenta estas desigualdades. Junto da Assembleia da República, entregamos também uma abaixo-assinado no mesmo sentido e nos últimos dias temos feito circular uma petição (promovida pela CGTP-IN) reforçando o enquadramento permitido pela Contratação Colectiva, muita desvalorizada nos últimos anos e que permite, a ser respeitada, a resolução deste e outros problemas que afetam os trabalhadores do setor empresarial local.

Apesar de ainda não termos alcançado os nossos objetivos, continuaremos com determinação o processo reivindicativo que procura dar respostas às justas expectativas dos trabalhadores, implicando também nesta prioridade de ação, envolver e responsabilizar o Conselho de Administração (CA) da EGEAC pela sua ou não resolução.

Num plano complementar, o STML já fez um pedido urgente de reunião ao CA para debater, em primeiro lugar, o processo de reestruturação da empresa, que avança supostamente pela sua terceira versão (?) sem nunca ter envolvido os representantes dos trabalhadores e, num segundo momento, procurar respostas aos problemas até agora identificados, como a já referida injustiça sobre o valor pago de subsídio de almoço, mas também às majorações de dias de férias ou penalizações pelo exercício do direito à greve, ou no exercício dos direitos implícitos à parentalidade.

Como é prática do Sindicato, daremos conta do evoluir deste processo negocial, sabendo à partida que na capacidade de força e mobilização dos trabalhadores da EGEAC reside a melhor garantia à defesa dos seus direitos e interesses. Sempre com o Seu Sindicato, o STML.



STML reúne com o Executivo Municipal, representado pelo Vereador dos Recursos Humanos e Finanças

Realizou-se no dia 23 de Setembro, a pedido da Direcção do STML, uma reunião com o Vereador dos Recursos Humanos, João Paulo Saraiva. Nesta reunião participaram também as chefias da DMRH. Vários assuntos foram tratados, dos quais damos uma breve nota neste artigo.

Assim,

Quanto aos concursos de admissão em curso, para cantoneiro de limpeza, coveiro e tratador apanhador, os RH esperam que os candidatos classificados tomem posse ainda este ano. Contam também com a reserva de recrutamento para fazer face a futuras necessidades. Sobre os prestadores excluídos, estão a analisar caso a caso o prolongamento dos actuais contratos.

Os concursos para técnicos superiores de Marketing e de Protecção Civil, estão concluídos com o alargamento do número de vagas. O de Ciência Agrária também está concluído. Atrasados estão os de Saúde Pública e de Especialista Informática.

Face às carências há muito identificadas e por todos verificadas **nas oficinas de reparação e manutenção mecânica (do DRMM), serão abertos concursos de admissão específicos.**

Em Mobilidade Intercarreiras estão 38 trabalhadores aos quais acrescem 175 novos pedidos. Prevêem a sua resolução para 2017. Em Mobilidade intercategorias, existem neste momento 573 trabalhadores. No caso concreto dos Espaços Verdes e Divisão Cemiterial, aguardam propostas da DMEVAE. Os cantoneiros de limpeza que desempenham a função de CMPVE ficarão definitivamente nesta categoria através de mobilidade funcional.

Existem vários trabalhadores que não recebem o devido abono para falhas. Esta é uma situação que há muito se arrasta sem solução por parte da CML.

Sobre as condições de trabalho, o Vereador ficou de visitar os Julgados de Paz. Não houve uma resposta concreta sobre

a reabertura do refeitório do Edifício da Rua Alexandre Herculano. Sobre a mudança dos trabalhadores do Complexo da Boavista para o Edifício do Entrepasto, o STML voltou a manifestar total incompreensão face à insistência da CML em prosseguir com este processo.

Aceitaram a proposta do STML em constituir um **grupo de trabalho conjunto para a identificação das carreiras de desgaste rápido.**

Demonstraram intenção atribuir a cedência de interesse público dos trabalhadores das unidades de educação e dos refeitórios aos SSCML.

Sobre as matérias que se preveem mais complexas, o STML afirmou que só assumirá uma posição definitiva depois de auscultar os respetivos trabalhadores, despendendo o tempo que for necessário nesse sentido.

A 10 de Outubro, repetiu-se a reunião envolvendo os mesmos interlocutores, mas desta vez para abordar os assuntos do Mapa de Pessoal e Orçamento para 2017.

O Vereador traçou um quadro financeiro positivo para a autarquia, estando previsto para 2017, uma maior disponibilidade para responder às necessidades no plano das condições de trabalho. Mostram no entanto a preocupação com a atual média etária (48 anos de idade) dos trabalhadores na Câmara Municipal e daí o compromisso em aprofundar caminhos que apontem a meta do rejuvenescimento.

O Mapa de Pessoal para 2017, mantém a tendência de redução de pessoal verificada nos últimos anos. Por razões várias – transferência de trabalhadores para as Juntas de Freguesia e para a EGEAC, externalizações e concessões – **mantém-se o objectivo de despilar a autarquia de Lisboa da sua capacidade operacional nas mais variadas áreas de intervenção pública, opção política que contestamos manifestamente.**



STML reúne com as Direções Municipais (DMHU/UCT/DMEVAE)

Por iniciativa da Direcção do STML decorreram na semana de 24 a 28 de Outubro, várias reuniões de trabalho com os Diretores Municipais da Higiene Urbana (DMHU), Eng.º Victor Vieira, da Unidade de Coordenação Territorial (UCT), Dra. Helena Caria e dos Espaços Verdes, Ambiente e Energia (DMEVAE), Eng.º Ângelo Mesquita. Deixamos uma síntese dos problemas apresentados e perspectivas de resolução.

REUNIÃO COM A DMHU A 25 DE OUTUBRO

Departamento de Higiene Urbana (DHU)

- Com a conclusão do concurso para Cantoneiros de Limpeza este ano, admitem recorrer à reserva de recrutamento para preenchimento das necessidades actuais, superiores às identificadas à data de abertura;
- Estão a avaliar a possibilidade de prolongar os contratos aos prestadores de serviços, excluídos neste concurso, estando a serem vistos caso a caso;
- Não havendo candidatos apurados neste concurso habilitados para as funções de CMPVE. Admitem assim a abertura de concurso de admissão para esta categoria;
- Identificam a falta de Técnicos Superiores de diversas áreas;
- No processo da construção dos balneários/vestiários da LU, no Complexo dos Olivais, apontam o ano de 2018 para a sua conclusão;
- Sobre a transferência do Complexo da Boavista, para o Edifício do Entreposto, estão a ser resolvidos os problemas identificados;
- Sobre a mudança do Posto de Calhariz para Sete Rios e Telheiras, afirmam que estão a concluir as pequenas reparações que permitam minimizar os problemas criados nestes postos. Assumem contudo, vários erros no planeamento e execução destas transferências. Estão a estudar a melhor solução para os administrativos, actualmente sem condições de trabalho no Posto de Telheiras. Procuram também uma solução definitiva para o SAL, empurrados sucessivamente de uma realidade física para outra;
- O projeto do Complexo de Marvila vai ser reavaliado;

- A Brigada das Pragas, localizada no Complexo da Boavista, será alojada no Complexo de Marvila;
- As instalações de apoio à Limpeza Urbana, os postos do Vale do Forno, de Monsanto e da Infante D. Henrique, são para manter;
- Estão a estudar com a JF dos Olivais a possibilidade de uma permuta das instalações contíguas ao Posto de Limpeza dos Olivais Sul, permitindo assim aumentar o espaço disponível deste equipamento municipal;
- Admitem deficiências na limpeza das instalações (ex: garagem de remoção). Apontam a empresa contratada por esses problemas;
- Irão equacionar a possibilidade de haver um encarregado na garagem dos Olivais 3, ao domingo;
- Afirmam a natureza de voluntariado dos serviços implícitos à Brigada LX Alerta e Feiras;

Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica (DRMM)

- A falta de operários especializados é uma evidência. As várias tentativas para solucionar o problema não surtiram o efeito desejado. Daí ser consensual a abertura de concursos de admissão direccionados, para as valências necessárias na oficina;
- É importante reforçar o actual quadro de Condutores do DRMM;
- Há falta de técnicos superiores, principalmente engenheiros mecânicos;
- Ficaram de avaliar o pagamento do subsídio de insalubridade, penosidade e risco aos condutores da garagem de Olivais 2, pela função e não consoante a viatura;
- Sobre a construção de novas instalações – serviços administrativos – apontam o ano de 2018 para a sua conclusão;



- Referem a aquisição de um torno mecânico entre outros, como exemplo da renovação da maquinaria;
- Reconhecem deficiências na limpeza das oficinas, apontando as falhas, uma vez mais, à empresa contratada;
- Estão a equacionar a possibilidade do piquete funcionar 24 horas/sete dias por semana, sempre que houver viaturas no exterior;
- Apresentaram o plano de aquisição de viaturas, ficando operacionais as de desempanagem e reboque em 2017. As restantes, de remoção e outras, serão entregues gradualmente até ao final de 2018.

REUNIÃO COM A UCT A 27 DE OUTUBRO

- Referem uma média etária elevada dos trabalhadores da Brigada de Calceteiros, sendo necessária a entrada urgente de novos operários, aproveitando a possibilidade da transmissão de conhecimento pelos mais experientes;
- É importante a reativação da Escola de Calceteiros, para fins profissionais;
- Estão identificadas as necessidades de assistentes operacionais para as Brigadas de Betuminoso e LX, assim como de eletricitas. Para colmatar estas faltas torna-se necessário a abertura de concursos de admissão em 2017;
- Há falta de Técnicos Superiores, principalmente engenheiros civis e electrotécnicos;
- Ficaram de estudar a possibilidade de promoção de mobilidades intercategorias;
- Sobre as instalações da DIP, na antiga garagem de Olivais 1, está em elaboração o projecto do 1º piso para instalar os serviços técnicos. Pequenas obras e aquisições estão em curso para a área oficial;
- Está a ser visto com os trabalhadores da Brigada de Calceteiros as necessidades nas instalações do Complexo da Estrada de Chelas, afim de uma futura mudança dos actuais contentores;

REUNIÃO COM A DMEAVE A 28 DE OUTUBRO

- Está em conclusão o concurso de admissão para coveiro;
- Faltam técnicos superiores na Divisão Cemiterial;
- Está em conclusão o concurso de admissão para tratador-apanhador;
- Faltam assistentes técnicos na Casa dos Animais de Lisboa (CAL);
- O número de jardineiros e viveiristas é manifestamente insuficiente, mesmo para o nível do serviço prestado atualmente. É urgente reforço de pessoal deste sector, até porque a média de idades dos trabalhadores actuais é alta e a transmissão dos seus conhecimentos é um capital imperdível. A reactivação da Escola de Jardinagem, para fins profissionais é um imperativo;
- Ficaram de avaliar a promoção de mobilidades intercategorias nos Espaços Verdes, Cemitérios e CAL;
- Quanto às instalações do Edifício do Entreposto, para onde se mudaram recentemente a maior parte dos trabalhadores técnicos e administrativos, continuam a proceder-se às correções necessárias;
- Estão identificadas as intervenções necessárias nos postos e quintas dos espaços verdes;
- No cemitério de Carnide, onde estão instalados os serviços da Divisão cemiterial, admitem a necessidade de proceder a um conjunto de reparações, já identificadas e programadas inclusive.
- A Brigada de Obras mudar-se-á do Complexo da Boavista para Carnide no início de 2017;
- É necessário um refeitório neste equipamento que já conta com várias dezenas de trabalhadores;
- Têm dúvidas quanto ao futuro da Lavandaria Municipal, nomeadamente se procedem à renovação das máquinas ou optam pela externalização;
- Para os cemitérios, foram adquiridos 5 escavadoras. Está em curso o processo de aquisição dum elevador pequeno para Carnide e serão adquiridos em 2017 carros eléctricos e elevadores de urnas.



Preparar e lutar por respostas justas às expectativas dos trabalhadores do público

Dia 18 de Novembro é dia de luta para todos os trabalhadores da Administração Pública, face à falta de resposta por parte do governo às suas legítimas reivindicações.

Este desfecho já era previsível na Cimeira da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), realizada a 28 de Setembro, face aos sinais dados pelo governo do PS. Nesta Cimeira foi aprovada a Proposta Reivindicativa Comum para 2017 (PRC 2017), instrumento fundamental para a negociação colectiva dos trabalhadores da AP, que abrange matérias como as de âmbito salarial, direitos e legislação laboral, reforço da AP, através da contratação de mais trabalhadores e combate à precariedade, genericamente. Esta proposta foi entregue no dia seguinte no Ministério das Finanças.

Foi definido um espaço de tempo (14 de Outubro), para o governo através do Ministério das Finanças apresentar uma contraproposta, que seria avaliada em plenário de sindicatos a realizar a 18 de Outubro. Decidindo aí as formas de luta a adoptar em meados de Novembro, entretanto já discutidas nos diversos sindicatos com os trabalhadores, caso o conteúdo da proposta governamental, não fossem compatíveis com as expectativas dos trabalhadores.

O Plenário Nacional de sindicatos da FCSAP realizou-se como previsto na Casa do Alentejo em Lisboa, entre duas reuniões com o governo, (12 e 21 de Outubro) através da Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público (SEAEP). Na primeira reunião, a SEAEP que se fez acompanhar pelo Secretário de Estado do Orçamento, em substituição do Ministro das Finanças, limitou-se à avaliação da PRC 2017, dividindo-a em duas: a parte que tem impacto orçamental

(salários, suplementos, etc.), agendando a próxima reunião na semana seguinte e a que incide sobre matéria legislativa, sendo que esta última seria discutida durante o próximo ano. Remeteu as reivindicações relacionadas com a ADSE, para o Ministério da Saúde.

Para além da falta duma contraproposta séria por parte do governo, o que fica desta reunião, é um conjunto de afirmações sobre os constrangimentos orçamentais, que condicionam a AP. Um sinal mais que óbvio da falta de vontade deste governo para romper definitivamente com a política de desinvestimento na AP.

No Plenário em que estiveram presentes cerca de quatro centenas de dirigentes e activistas sindicais, foi reforçada a justiça e a actualidade das reivindicações dos trabalhadores da AP, verdadeiros suportes do serviço público que é prestado à população, sendo dos trabalhadores mais prejudicados neste país sem qualquer aumento salarial desde 2009 (!). Pelo lado do governo, persiste na contratação de serviços externos que custam milhões, em vez de investir nos actuais trabalhadores da AP, e contratar novos.

Foi aprovada por unanimidade uma resolução, que definia a luta em torno da PRC 2017, com o desfile nesse mesmo dia para o Ministério das Finanças demonstrando a nossa determinação. Caso a resposta às nossas reivindicações forem insuficientes, convocar uma Manifestação Nacional de todos os trabalhadores da AP, para o dia 18 de Novembro.

E realmente as piores expectativas foram confirmadas na reunião de dia 21, com a SEAEP. A única coisa que o governo tem para dar aos trabalhadores da AP, são 0,25€ de aumento por dia, no subsídio de refeição. O que representa cerca de 5,50€, por mês. Uma vergonha!

MANIFESTAÇÃO

**SEXTA-FEIRA
18.NOVEMBRO
14.30**

**PRÉ-AVISO DE GREVE
DAS 13.00 ÀS 21.00**

**MARQUÊS
DE POMBAL
LISBOA**

**CONCENTRAÇÃO:
RUA BRAANCAMP**

Jornada de Luta Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública!

EXIGIMOS RESPEITO E...

AUMENTOS SALARIAIS

DESCONGELAMENTO DAS CARREIRAS

**REGULAMENTAÇÃO DAS CARREIRAS
DE DESGASTE RÁPIDO**

**NÃO SOMOS BOMBOS
DE FESTA!**



Foi convocada pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP) uma Manifestação Nacional para dia 18 de Novembro. Uma ação de luta para todos os trabalhadores da administração pública, que procura dar força à mesa negocial que neste momento decorre com a FCSAP e o Governo PS em torno do Orçamento do Estado para o próximo ano.

O que se sabe neste momento é a vontade do Governo de António Costa em conceder um aumento do subsídio de almoço de 25 cêntimos (5,5 euros por mês), revelando antes de mais uma atitude de vergonhosa caridadezinha que em nada resolve os inúmeros e profundos problemas que aos trabalhadores do público foram criados nos últimos anos.

O Governo nada diz sobre aumentos salariais, descongelamento de carreiras ou sobre todas as reivindicações que constam na Proposta Reivindicativa Comum entregue no passado mês de Outubro pelos sindicatos da Frente Comum, entre eles o STML. Considerando que durante todo o mês de Novembro estará em discussão na especialidade a proposta do Governo PS, prevendo-se a votação final e global da Lei do Orçamento do Estado para 29 de Novembro, é imprescindível que os trabalhadores mostrem a sua vontade, defendendo com clarividência e inequivocamente os seus direitos e interesses, mais do que justos e inteiramente legítimos!

Não podemos continuar a aceitar que se argumente “constrangimentos orçamentais” para impedir respostas sérias e consequentes face ao que são as nossas expectativas, quando paralelamente se continuam a desbaratar milhares de

milhões de euros (provenientes dos nossos impostos) na banca privada, nas parcerias público-privadas, nos swaps, nos juros escandalosos de uma dívida impagável da qual urge renegociar os seus prazos e montantes.

No dia 18 de Novembro, lutamos por aumentos salariais de 4%, com aumento mínimo de 50 euros; pelo descongelamento das carreiras; pela reposição do valor do trabalho extraordinário; pela aposentação aos 36 anos de serviço independentemente da idade; pela reposição do pagamento na íntegra do subsídio de natal em Novembro; pela regulamentação e legislação do RIP (subsídio de insalubridade, penosidade e risco); pela identificação e regulamentação das carreiras de desgaste rápido; pela reposição dos dias de férias roubados (22 para 25) com majoração de anos de serviço e idade; pela revogação do SIADAP, ou pela reposição do desconto de 1,5% para a ADSE, entre muitas outras matérias.

Para os trabalhadores da Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e Empresas Municipais, o STML colocou um pré-aviso de greve das 13h00 às 21h00 no sentido de permitir a participação de todos numa manifestação nacional que mais do que tudo, deve ser o reflexo da vontade da esmagadora maioria dos que hoje dão corpo aos serviços públicos nas suas variadíssimas dimensões e que tanto têm sido espoliados.

É preciso, é urgente construir um OE que nos garanta o rumo de um futuro de estabilidade e dignidade. Dia 18 de Novembro, às 15h00, todos ao Marquês de Pombal (ponto de concentração junto à Rua Braancamp)!

Contra a precariedade,

8^a

CONFERÊNCIA NACIONAL

INTERJOVEM

interjovem
CGTP
Intersindical Nacional

No dia 21 de Outubro realizou-se em Lisboa, a 8ª Conferência Nacional da Interjovem. Sob o lema “Contra a Precariedade – Exigimos Estabilidade” jovens trabalhadores reflectiram e discutiram as orientações para a actividade sindical deste Órgão específico da CGTP-IN e elegeram a nova Direcção Nacional para o respectivo mandato. O STML volta a estar representado, agora pelo Delegado Sindical da Junta de Freguesia de Belém, João Gaio.

Foi aprovada no encontro a resolução «*Reivindicar, sindicalizar, organizar, lutar. Mais direitos, mais futuro para a juventude trabalhadora*».

Neste documento é dado destaque à precariedade, realidade muito sentida nesta camada etária. «A par do desemprego, a precariedade é um dos maiores flagelos que atingem a juventude, um expediente do capital para fazer baixar as condições de trabalho e manter um exército de mão-de-obra disponível e vulnerável.

Neste âmbito, a Interjovem releva que a luta conduzida pelos sindicatos da CGTP-IN contra a precariedade tem alcançado importantes vitórias, e assume continuar a agir pela passagem ao quadro de todos os que ocupem postos de trabalho de natureza permanente, incluindo dos que se encontrem em situação de falsos recibos verdes, com contratos de emprego-inserção (CEI) ou estágios. Contemplado igualmente na resolução, a necessidade de nos batermos pela adoção de um plano nacional de combate à precariedade, no sector privado e na Administração Pública, e por alterações legislativas que impeçam a celebração de contratos precários para satisfação de necessidades permanentes das empresas e serviços.

Desde a última Conferência da Interjovem, em Fevereiro de 2013, foram mais de 16 mil os jovens que se juntaram aos sindicatos da CGTP-IN. Neste período, foram perto de meio milhar os que assumiram a responsabilidade de serem delegados sindicais.

No que diz respeito à organização, a estrutura defende a criação de mais *Comissões de Jovens*, com intervenção própria, fundada em objectivos concretos, com vista ao desenvolvimento da intervenção dos sindicatos junto da juventude trabalhadora.

Os jovens ativistas sindicais, consideraram ainda que a luta dos trabalhadores confirmou-se como fundamental para defender a contratação colectiva, o emprego, os salários, os horários e outras condições de trabalho.

A Interjovem/CGTP-IN considera ainda que «é necessário, no novo quadro político, avançar para a conquista de direitos que não só revertam medidas tomadas por governos anteriores como permitam um verdadeiro progresso social».

O «futuro do trabalho»

Arménio Carlos, na sua intervenção de encerramento, criticou aqueles que vêm falando numa «quarta revolução industrial» e esgrimem os avanços da tecnologia e da ciência, frequentemente apontando a robotização na produção e a consequente destruição de postos de trabalho, para concluir que os trabalhadores teriam de adaptar-se. «Querem novas reformas laborais, a pretexto disto, para aumentarem a exploração dos trabalhadores e a concentração de riqueza», acusou o Secretário-geral da CGTP-IN, sublinhando que «não há futuro do trabalho sem valorização do trabalho e dos trabalhadores» e indicou os fundamentos da concepção da Inter neste ponto: a Constituição da República Portuguesa e os princípios programáticos da CGTP-IN.



NÃO SOMOS DESCARTÁVEIS!

NÃO À PRECARIEDADE

PELO EMPREGO COM DIREITOS

Campanha Nacional contra a Precariedade 2016/2020

Campanha contra a precariedade prossegue e intensifica-se!

Depois de dado o arranque pelo STML, em conjunto com o STAL, à *Campanha contra a Precariedade* no Município de Lisboa, materializada com a distribuição e colocação de informação dirigida a trabalhadores e população em 11 Freguesias da cidade, é tempo de prosseguir e avançar na denúncia e exigência da resolução deste problema, que cresceu nos serviços e empresas do Município.

Uma realidade que é consequência da política assumida por PS/ PSD/CDS de descentralização de competências, equipamentos culturais, refeitórios entre outros.

Constatamos cada vez mais que, a par do desemprego, a precariedade é um dos maiores flagelos que atingem a juventude, mas não só. Trata-se de um “expediente” que procura baixar as condições de trabalho e manter um exército de mão-de-obra disponível e vulnerável, tentando por esta forma, também, quebrar a unidade e capacidade reivindicativa dos trabalhadores.

Facto que leva à necessidade de ser criada, ou ampliada, uma solidariedade activa entre trabalhadores, dos mais velhos para com os mais novos, dos que têm um contrato por tempo indeterminado para com os que não têm, para que a campanha

cumpra o objectivo de, quer por acção do governo, dos executivos autárquicos e dos concelhos de administração, se erradique de uma vez por todas a precariedade no município, mas também no país.

Embora comecem a aparecer declarações de intenção, tanto pela parte do Governo, quer pelos partidos que constituem maioria na Assembleia da República, de querer atacar o problema, a par do reforço que começa a ser feito em meios da Autoridade para as Condições de trabalho (ACT), enquanto não forem convertidos os vínculos de trabalho precários, que ocupam postos de trabalho com carácter permanente, em vínculos efectivos, a campanha contra a precariedade prossegue e intensifica-se!

Neste sentido o STML, com o STAL, brevemente darão continuidade a este processo de denúncia, intervindo nas Assembleias de Freguesia das Juntas onde este problema assumiu dimensões escandalosas, além de priorizar ações concretas de informação e esclarecimento no seio das Freguesias onde o número de trabalhadores com vínculo precário é mais elevado, realidade à qual está associada à ausência de vontade política expressa do respetivo Executivo na resolução deste problema.



Concentração do MURPI

A 22 de Outubro, o MURPI levou a cabo no Largo de Camões, uma iniciativa integrada na campanha «Pelo Aumento Intercalar das Pensões e Reformas».

A Comissão de Reformados do STML esteve representada nesta ação que contou com o apoio da Inter-Reformados/CGTP-IN. Nas intervenções sobre a situação e perspetivas dos reformados no atual contexto político foram destacados: desagravamento e eliminação da sobretaxa do IRS, a reposição dos complementos de pensões aos reformados das empresas públicas, o reforço dos cuidados de saúde primários, bem como a melhoria das condições de acesso ao CSI. Foi manifestada insatisfação pelos magros aumentos das pensões em 2016 e anunciados para 2017.

Os Reformados e o OE 2017 – Entre a desilusão e a esperança

Está em curso o debate, na sociedade e na Assembleia da República, da proposta de Orçamento de Estado para 2017. Após quatro anos de retrocesso nos direitos dos reformados, maltratados pelas políticas de rapina prosseguidas pelas “troikas” de fora e de dentro, esperávamos uma inversão de rumo que devolvesse justiça no modo como o país trata os seus mais velhos - os que tendo trabalhado toda uma vida, efetuado os seus descontos como lhes foi exigido, tendo atingido a reforma de acordo com as regras estabelecidas, sofreram amargamente os cortes nas suas pensões, nos seus direitos, na sua dignidade.

Se o OE 2016, anunciava uma tendência, embora tímida, para a reposição de rendimentos, esperava-se agora um avanço nesse caminho, com um real aumento de pensões. Tal não se verifica ainda na proposta em cima da mesa. É certo que acabará a sobretaxa do IRS, mas não já no início do ano. Em Janeiro, a actualização das pensões até 844,31€ será de acordo com a inflação de 2016 (0,7%), mas de apenas de 0,2% para pensões entre 844,32€ e 2.532,92€. Quanto ao aumento extraordinário (até 10€), após longos anos de congelamentos e cortes, só terá início em Agosto e apenas para pensões entre 260 e 633€. Inaceitável. Mesmo admitindo que esta proposta venha a ser melhorada na discussão na especialidade, os reformados terão de prosseguir a sua luta. Não podemos esperar que a mudança na correlação de forças políticas assegure, por si só, a resposta aos nossos legítimos anseios. A luta sindical organizada e solidária é insubstituível. Porque nada nos é oferecido sem luta.

Atividade sócio cultural

Em Setembro, a Comissão de Reformados visitou a exposição “Quarteirão dos Lagares: da Mouraria à Vila Nova” no Centro de Inovação da Mouraria, que nos deu a conhecer a história da Mouraria, desde a sua criação, logo após a conquista de Lisboa aos Mouros, até aos nossos dias e admirar os diversos objectos encontrados nas escavações arqueológicas efectuadas entre 1999 e 2013.

Em Outubro, a visita foi ao Convento dos Cardaes e juntou catorze associados que tiveram o ensejo de ouvir a história deste Convento, desde a sua fundação em 1681, por D. Luísa de Távora. Além da capela, visitaram todo o espaço museológico dotado de um valioso acervo de artes sacra e decorativa.

CANDIDATOS EFETIVOS DA LISTA B



José António Duarte Almeida
Cantoneiro de Limpeza na DMHU|DHU|DLU

Nuno Gonçalo dos Santos Pires
Bombeiro Sapador no RSB



José Manuel Castro Rodrigues de Oliveira
Aferidor de Pesos e Medidas na DMPO|DPCE|DPFIEM



Jorge Manuel Faustino Almeida
Fiel de Armazém na DMHU|DRMM



Bruno Ferreira Alves
Condutor de MPVE na DMHU|DHU|DLU



Helena Maria Nunes Costa
Assistente Técnica no DMED|DAFD



Susana Maria Oliveira Dias
Técnica Superior na DMGU|DM



CANDIDATOS SUPLENTE DA LISTA B

António Manuel Braga Correia
Encarregado Geral Operacional no DMEVAE|DCS|Casa dos Animais

Jorge Joaquim Baptista dos Santos
Bombeiro Sapador no RSB

Sandra Isabel M. Oliveira Mendes Pires
Cantoneira de Limpeza na DMHU|DHU|DLU

Pedro Manuel Duarte Soares
Pintor Operário na DMEVAE|DED

Paulo Jorge Gertrudes Ramos
Electricista na UCT|DO|DIP

Paulo Jorge Santos Rocha
Condutor de MPVE na DMHU|DHU|DLU

Miguel Joaquim Pecurto Cabaço
Técnico Superior no DMHDL

LISTA B*

O balanço das eleições para os RdT's na CML

Como é do conhecimento de todos, decorreram nos dias 11 e 12 de Outubro a votação para a eleição dos Representantes dos Trabalhadores (RdT's) para a Saúde e Segurança no Trabalho. A estas eleições concorreram três listas em representação de três estruturas sindicais. A Lista A, apresentada pelo STE, a Lista B com representantes do STML e a Lista C representando o SINTAP.

A Direcção e os Candidatos a RdT's do STML empenharam-se neste processo eleitoral, tanto na campanha de divulgação da lista e do seu programa, como na participação nas 40 mesas eleitorais, que envolveu mais de 70 elementos, entre candidatos, dirigentes, delegados e associados do Sindicato.

De realçar o trabalho efectuado pela Comissão Eleitoral, composta por trabalhadores do município, que tiveram o apoio dos DSHS/DGRH e do DSI, com o apoio informático. Embora se constate a existência de situações que importa corrigir em atos futuros, como a formação e informação prestada aos participantes nas mesas.

Os candidatos do STML realizaram uma campanha única, visitando todos os locais de trabalho da Câmara Municipal de Lisboa. Nas centenas de contactos realizados, destacou-se a importância que os RdT's têm, apresentando o programa eleitoral com as propostas para solucionar os diversos problemas que ocorrem nesta área, mas também ouvindo

as denúncias feitas pelos trabalhadores das suas condições de trabalho. Algumas já conhecidas e por nós apresentadas aos diversos órgãos autárquicos, outras ficando a conhecer e preparando a sua denúncia formal.

Foram contabilizados 1.412 votos entre os quais 36 brancos e 19 nulos. A Lista B foi a mais votada, com 704 votos. A Lista A, obteve a segunda melhor votação, com 410 votos. Em terceiro, a Lista C, com 243 votos. Apurados os resultados, a Lista B elegeu quatro (4) dos seus candidatos num total de sete (7) possíveis. A Lista A elegeu dois (2) e a Lista C elegeu um (1).

A Lista B, suportada pelo STML, obteve um resultado que não deixa dúvidas quanto à confiança e reconhecimento da maioria dos trabalhadores que exerceram o seu direito de voto. Este resultado não foi construído na campanha eleitoral, mas sim ao longo dos anos em que sempre estivemos nos diversos locais de trabalho, intervindo sempre em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Os sete Representantes agora eleitos, após a sua tomada de posse deverão estabelecer metodologias de trabalho que tenham em conta a identificação e resolução dos problemas de saúde e segurança no trabalho que afectam os trabalhadores da CML, independentemente do seu local de trabalho, sector e carreira profissional, exigindo ao Executivo Camarário as respostas aos problemas observados.



Uma análise aos dados tornados públicos do Ministério das Finanças...

Existem atualmente nas Administrações Públicas mais de 110.000 trabalhadores precários e que, apesar das declarações de combate à precariedade, ainda não foi feito nada de efetivo para acabar com esta situação;

O governo pretende manter o congelamento das remunerações e carreiras dos trabalhadores da Função Pública apesar das remunerações nominais da maioria dos trabalhadores serem inferiores às de 2011, mesmo com reposição do corte dos salários, e introduz mais uma desigualdade no pagamento do trabalho extraordinário;

Uma das promessas deste governo era o combate à precariedade, a defesa do emprego como principal fonte de rendimento dos trabalhadores, e também meio de dignificação do trabalhador.

Segundo a Direção Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP) do Ministério das Finanças, no fim de Jun.2016, existiam nas Administrações Públicas (Central, Local e Regional), 94.427 trabalhadores, ou seja, 14,3% do total, com vínculo precários pois tinham ou um contrato a prazo, ou eram tarefeiros ou tinham uma avença. E há ainda a acrescentar os CEI's (Contratos Emprego Inserção, uma forma de precariedade financiada pelo IEFP, com dinheiros da Segurança Social) que, no fim de 2015, eram mais 15.627 trabalhadores (12.308 nas Autarquias Locais, 2.554 em diversas entidades públicas dos diferentes ministérios, 713 em escolas, etc.) que, somados aos 94.427, dá 110.054 trabalhadores com vínculo precários em todas as Administrações Públicas.

A proposta de Lei do OE-2017 no art.º 18º dispõe a continuação do congelamento de remunerações e carreiras nos seguintes termos: " Durante o ano de 2017 são prorrogados os efeitos

dos art.º 38º a 42º, 44º e 46º e 73 da Lei 82-B/2014, cujas medidas são progressivamente eliminadas", mas não se diz quando e como. E contrariamente ao que muitos pensam e afirmam, a redução das remunerações nominais da maioria dos trabalhadores da Função Pública continua, apesar da reposição do corte nos salários.

Entre 2011 e Jun.2016, o número de trabalhadores da Função Pública foi reduzido em 68.024, mas houve profissões que foram mais destruídas pelo governo PSD/CDS, nomeadamente assistentes técnicos e operacionais (-34.766) e docentes (-21.278), etc. E como mostramos mesmo com o atual governo não se verificou uma inversão em algumas destas profissões. Existem também categorias profissionais, como as de assistentes operacionais e assistentes técnicos, com mais de 236 mil trabalhadores, que, pelo facto das suas remunerações serem muito inferiores a 1.500€/mês (inferiores a 909€ e mesmo a 619€), não sofreram cortes nos salários mas que, apesar disso, as suas remunerações nominais em Junho de 2016 são inferiores às de 2011 como revelam também os dados do Ministério das Finanças. Para além disto há ainda o aumento da taxa de desconto para a ADSE para 3,5% (+133%), o enorme aumento de impostos (+3,7p.p.), e a inflação que corroe os salários e que, entre 2010 e 2016, foi superior a 8%, o que, em conjunto, determinou uma redução do poder de compra dos trabalhadores, superior a 14,3%.

Uma das muitas desigualdades a que continuam sujeitos os trabalhadores da Função Pública é a que resulta do trabalho extraordinário na Administração Pública ser pago por um valor significativamente inferior ao que vigora no setor privado.

Eugénio Rosa, Economista



O ataque à Caixa Geral de Depósitos

A nomeação de António Domingues e os valores e termos do contrato oferecido pelo Governo para o banqueiro e para a sua equipa tornaram-se um escândalo nacional. Perante um caso que importava (e muito) ser debatido com seriedade e sentido de interesse público, a direita e os inimigos do banco do Estado voltaram à carga a reboque do caso para ameaçar o próprio futuro da Caixa Geral de Depósitos e a sua imperiosa necessidade de recapitalização.

O anúncio de um vencimento obscuro (30 mil euros mais regalias) para a realidade portuguesa, ainda arrasada pelo ataque vil da política de destruição nacional empreendida por PSD e CDS ao emprego, aos salários e direitos da grande maioria dos trabalhadores, só pode ser tema incómodo para o atual executivo PS. Na verdade, é absolutamente evidente que faltou ao atual Governo algum decoro e, porque não, moral, ao consumir esta contratação. Na esfera pública, por sentido de responsabilidade, devem ser estabelecidos limites de razoabilidade nestas matérias, independentemente de se tratar da maior instituição bancária do País.

Em rigor, António Domingues colocou as suas condições e o Governo mordeu o isco. Não colocando em causa o currículo, competência e experiência, Domingues comete aparentemente o erro de esquecer o sentido de serviço público, não obstante se saber que reduzirá drasticamente o seu rendimento quando comparado ao auferido no BPI. Um excesso que o Governo também não teve em conta e que volta a colocar na ordem do dia a necessidade vital de estabelecer limites aos vencimentos dos gestores públicos.

Quem muito criticou e parece pouco interessado em debater esses mesmos limites é o PSD. Pois sim, estamos a falar do mesmo partido que clama por obscenidade quando se fala de Domingues e da CGD mas que, quando ainda estava no poder, colocou um ex-Secretário de Estado de tão má memória, um tal de Sérgio Monteiro, a receber 25 mil euros por mês para

dirigir o processo de venda do antigo BES, o Novo Banco. No fundo, o caso Domingues, bem analisado, só demonstra como o PSD concorda com o Governo no pagamento milionário ao presidente da CGD, esclareça-se, uma longa prática de Bloco Central.

Mas, é preciso tê-lo presente, há uma agenda escondida neste fervilhar constante dos soundbites partidários e mediáticos em torno do caso. O que o PSD de Passos Coelho pretende é desestabilizar o mais possível a situação da CGD, impedindo a sua recapitalização e, se possível, a sua própria existência como banco público. Como sempre, os partidos de direita representam ocultos interesses privados, manipulam e manobram um plano onde a privatização do banco público tem lugar de destaque – Passos Coelho e outros dirigentes do PSD ao longo dos anos têm indo “bicando” esta ideia.

Assim, deseja-se que a falta de sensatez do Governo PS na condução do caso Domingues não seja o caminho que faltava para a direita e a rede de interesses do grande capital que a sustenta coloquem em risco a CGD. O banco público é um desígnio nacional e cabe a cada um de nós não deixar que tal aconteça. A recapitalização, com todos os seus custos inerentes, é uma necessidade e é imperativo que todos estejamos cientes disso para que não seja ainda mais depauperada a soberania económica e financeira do País. Por uma CGD pública e com futuro.

Falta acabar de vez com o bloqueio a Cuba



Como se esperava, a esmagadora maioria dos países membros da ONU, 191 dos 193, votou no passado dia 26 de Outubro, uma resolução exigindo o levantamento do bloqueio norte-americano a Cuba. A novidade, este ano, foi a abstenção dos EUA e do seu fiel aliado Israel, que sempre votaram contra nas 24 anteriores sessões em que a Assembleia Geral das Nações Unidas se pronunciou a favor de Cuba.

Apesar desta mudança, considerada «histórica», e de a representante dos EUA, Samantha Power, ter reconhecido o fracasso do bloqueio e o repúdio que suscita na comunidade internacional, importa ter presente que o cerco económico, comercial e financeiro a Cuba persiste, assim como a sua componente extraterritorial. Isso mesmo recordou o diplomata cubano Bruno Rodríguez, que na sua intervenção saudou a nova

posição de Washington mas sublinhou que devem julgar-se os factos e não as palavras, e que aqueles demonstram a vigência das sanções unilaterais.

Apesar dos avanços nas relações entre o pequeno-grande país caribenho e aquela que é atualmente a única superpotência mundial, muito está ainda por alcançar. O embargo económico e comercial a Cuba já teve consequências na ordem dos vários milhares de milhões de dólares, impedindo o desenvolvimento do país e constringendo o seu povo a uma vida de profundas e prolongadas dificuldades.

Está na hora de uma vez por todas, por termo a uma situação injusta e inadmissível. A nossa solidariedade é inteiramente dedicada ao povo de Cuba! Como sempre afirmamos, hoje mais do que nunca, Cuba Vencerá!

STML celebra Protocolo com a ANDST

Considerando a realidade complexa e numerosa dos acidentes de trabalho e doenças profissionais no município de Lisboa, com trabalhadores muitas vezes mal acompanhados, pior tratados e raramente reintegrados pelos serviços competentes, enfatizando em particular a Medicina do Trabalho, o STML tem procurado soluções complementares que permitam responder positivamente às suas reais necessidades e expectativas.

O Protocolo celebrado com a ANDST – Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho, surge nesse sentido.

Para os associados do STML, foram possíveis salvaguardar um conjunto de importantes benefícios, nomeadamente:

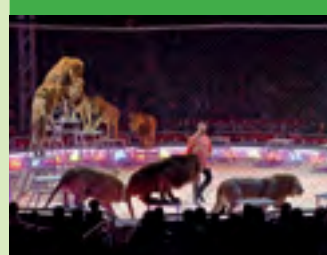
- Avaliação do dano corporal e elaboração de relatório médico de avaliação;
- Apoio psicológico;
- Apoio social;
- Informação jurídica e judiciária.

Estas valências serão sempre proporcionadas nas instalações da ANDST, sito na Praceta Eduardo Mondlane, Lote 548 R/C-B, em Chelas, após confirmação prévia do Sindicato da condição de associado do trabalhador acidentado ou com doença profissional.

Este protocolo melhora em grande medida a rede de apoios, nas suas várias dimensões, disponíveis aos trabalhadores do município – Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e Empresas Municipais, que sejam associados do STML.

Todavia, em nada deve contribuir para qualquer processo de desresponsabilização da parte das entidades empregadoras face ao que são as suas obrigações perante os seus trabalhadores.

Continuaremos a reivindicar o direito à Medicina do Trabalho, enquanto matéria indispensável e inalienável na identificação, tratamento, acompanhamento e reintegração dos trabalhadores vítimas de acidentes ou doenças profissionais, como consequência do exercício das suas funções.



**FESTA DE NATAL DO STML
– CIRCO CARDINALI**

O STML irá realizar mais uma vez a tradicional festa de natal dirigida aos associados do Sindicato e respetivos familiares, com a disponibilização de três sessões no Circo Cardinali, que irá estar sedado, como é hábito, na zona do Parque das Nações.

As referidas sessões realizar-se-ão nos dias 1 (quinta-feira, feriado, às 14h00 e às 19h00) e 4 de Dezembro (domingo 19h00).

A distribuição dos bilhetes será feita como é norma na sede do Sindicato. Oportunamente, daremos conta das informações necessárias ao seu levantamento.